

O EPÍLOGO DA CONCILIAÇÃO

Wanderley Guilherme dos Santos

Inteligência Insight, outubro-novembro de 2017

A supremacia do “Eu” sobre o “Nós”

Os governos atuais dos países mais evidentes, em todo o mundo, estão desarmados de estratégias criativas diante da insatisfação generalizada do planeta. Exceção feita, naturalmente, daquele 1% de ricos de cada um deles, de notória ostentação. Mas reduzir o sentido da crise contemporânea a desequilíbrios econômicos constitui outra variante da mesma incapacidade avaliativa. Liberais em política e moderados neo-keynesianos em economia, tanto quanto radicais de toda espécie, manifestam inquietação quanto ao que não se parece com crises passadas, embora não esteja evidente qual o tipo de totalidade econômica, social e política em formação. Em todas as crises anteriores da sociedade industrial a superação era integrada por investimento público, políticas sociais de atenção ao emprego, proteção ao trabalho e inclusão de populações periféricas. Ao contrário, observa-se, hoje, a debandada do poder público e a esterilização, quando não a completa revogação, da legislação de integração pactuada das grandes massas destituídas de capital. A crise contemporânea compromete a infra e a superestrutura da sociedade industrial, seus valores cívicos e códigos de conduta. O que se desfaz é a sociedade organizada e produtiva dos últimos três séculos, incluindo a viga fundacional de sua racionalidade operacional: a transitividade tácita nas relações econômicas, políticas, sociais, institucionais e pessoais. Encontra-se a história em trabalho de parto da sociedade intransitiva, subvertendo práticas e expectativas secularmente vigentes. Creio possível esboçar uma descrição sumária de como se está produzindo tal ruptura, não obstante, ainda que sumária a descrição, a coerência exija complexa exposição. Isso é assunto para um livro ainda em andamento. Para compreender o conceito de sociedade intransitiva é preciso começar pela gênese. Quando da queda do Muro de Berlim, sucedida pelo dismantelamento da sociedade socialista, tive a percepção de que não se tratava apenas de uma vitória do capitalismo sobre socialismo. Era algo de muito maior transcendência histórica: o desenlace de um conflito sobre a melhor maneira de organizar a vida em coletividade, iniciado lá na baixa Idade Média, que começou a ganhar formas mais agudas a partir do Renascimento, quando da disputa entre o pensamento laico e o religioso. Foi, então, que o capitalismo comercial emergente buscou mecanismos de compatibilização com os princípios éticos religiosos representados pela Igreja, que não se pejava de condenar a usura, porque ainda não tinha aceitado o modo mercantil de produção. Os mercadores eram assombrados pelo fantasma do pecado. Daí as ofertas à Igreja para a construção de altares, doações, estátuas de santos, como forma de comprar absolvição.

Do ponto de vista filosófico, essa tensão se manifestou posteriormente na oposição entre pensadores que dignificavam os mecanismos de mercado, de produção, distribuição, locação de bens, e de outro, aqueles que repudiavam ou tinham reservas em relação à extensão ilimitada da liberdade de enriquecer e tentavam conciliá-la buscando um

compromisso moral, baseado em preceitos como a solidariedade, a empatia com o semelhante. Tratava-se de conciliar o individualismo com o bem comum. Esse compromisso é perceptível na teoria política de um dos primeiros pensadores liberais, o filósofo inglês John Locke, para quem legitimidade da acumulação dependia da capacidade de exploração da terra pelo proprietário. No século XVIII, o problema da compatibilização do individualismo com o bem comum, entendido como vontade geral, foi enfatizado por Rousseau, que fez certa ginástica mental para diferenciá-la da mera soma das vontades individuais, entendida como vontade de todos. No fundo, o que essas formulações exprimem é o conflito entre o interesse ou o egoísmo individual, de um lado, e a solidariedade, os imperativos de bem comum, de outro. Immanuel Kant retoma a dimensão propriamente ética do problema, formulando-o em termos laicos: não faça ao outro aquilo que não deseja que seja feito a você. Era também uma forma de tentar compatibilizar o crescente individualismo com a moral pública.

Essa dicotomia é mantida na sociedade industrial. O operário busca ação coletiva, solidária entre os seus iguais, para a defesa dos seus interesses. O empresário compete com outros empresários, mas também compete com os trabalhadores para enriquecer. Seu interesse se opõe àquele do trabalhador. A partir do século XIX, essa oposição se exprime principalmente pela filosofia do utilitarismo. Jeremy Bentham chega a ser cruel: o que o cidadão deve buscar única e exclusivamente é a sua satisfação pessoal. A tensão entre indiferença e simpatia, egoísmo e altruísmo, fica cada vez mais clara, até se exprimir de modo definitivo a partir da Revolução Russa na oposição entre capitalismo e socialismo. Os motivos pelos quais essa competição terminou pela supremacia do capitalismo não me compete explicar. O fato é que o desenlace da oposição se deu pela supremacia da visão de mundo utilitarista. O desaparecimento do socialismo real representou o fracasso da primeira tentativa de criar uma sociedade com base do princípio do altruísmo ou da solidariedade. Foi um fracasso não apenas intelectual; os atores que defendiam a possibilidade de construção de uma sociedade em base de solidariedade também começam a desaparecer, o primeiro dos quais foram os sindicatos. Os empresários não levavam a sua competição com os empregados ao limite da coação porque havia um modelo alternativo de outra sociedade que lhe servia de espantalho. Da mesma forma, ele funcionava como orientador da ação política dos próprios países capitalistas, no sentido ético de buscar, pelo ideal da solidariedade, produzir uma ordem minimamente igualitária. O desaparecimento da União Soviética foi um divisor de águas, gerando uma série de alterações na fábrica social que vai culminar na crise de 2008, que gerou um verdadeiro consenso no sentido de desmontar completamente o arcabouço de conciliação entre os interesses coletivos montado a partir do século dezenove, de que eram os sindicatos a principal mola. Dali por diante, o egoísmo não tem mais adversário ou alternativa. O neoliberalismo, na forma do chamado libertarianismo, representado teoricamente por autores como Hayek, Mises ou Friedman, não tem nenhum compromisso com a solidariedade, proclamando a legitimidade única e exclusiva do individualismo e do egoísmo próprios do utilitarismo. A felicidade de todos é a soma das felicidades individuais de cada um. Os atuais teóricos do capitalismo sustentam que não há alternativa.

Recapitulando: o que caracterizou esses séculos das sociedades comerciais e posteriormente sociedade industrial? Foi o princípio da transitividade, que é aquela da racionalidade matemática: se A é maior que B e B é maior que C, A é maior que o C. Há uma presunção de confiança geral e recíproca, que decorre da solidariedade e jaz no fundo de todos os contratos da sociedade comercial e industrial. O preço da violação desse princípio é o risco de sofrer uma sanção a ser aplicada coercitivamente. Se eu sou seu amigo, o seu amigo será meu

amigo; da mesma forma, seu inimigo será o meu. E a sociedade intransitiva é justamente aquela na qual semelhante princípio já não vige. Se eu sou seu amigo, não necessariamente seus amigos serão os meus, ou os inimigos. A sociedade deixa de ser automaticamente transitiva. Não existe mais a confiança coletiva, porque se afirma o primado exclusivo do interesse privado. Afora o respeito às leis, meu compromisso é somente com minha agenda privada e é a partir da conformidade dos outros com ela ou não que defino meus amigos e inimigos. Não há mais uma ética, no sentido de uma moral coletiva, que obrigue a solidariedade para além daquilo exigido por lei. Coalizões sociais e econômicas são feitas assim nos dias de hoje, e aceitas como legítimas, porque cada vez menos vigora uma ética de solidariedade. O que o governo Temer e acólitos estão fazendo, neste sentido, através da reforma trabalhista, é ajustar o Brasil a essa tendência contemporânea de pretender acabar com o ser coletivo, própria da sociedade pós-industrial e de um Estado descompromissado com o dado nacional. A sociedade intransitiva é aquela em que a solidariedade faliu. A sociedade industrial transitiva contava com a adesão dos seus membros. O habitante da sociedade transitiva vive e adere à transitividade das relações. O habitante da sociedade intransitiva não gosta das relações intransitivas, mas não tem nenhuma condição de subverter. Há a apatia do conformismo. A pessoa é obrigada a se virar por si própria. O vizinho é um competidor. E não há qualquer arena de conciliação. A humanidade inteira pode estar indignada e não vai acontecer nada. Pode ser que mude, porque nós estamos entrando em mundo novo, o desagradável mundo novo. Aquele outro não vale mais. Todo o universo da intransitividade está se difundindo com incrível velocidade, levando à morte, não só o modo de produção da sociedade industrial, mas também sua moral coletiva.

Estamos num período de extrema instabilidade, como foi o início da Revolução Industrial. Basta ver o processo de desnacionalização da produção, baseada em uma globalização que extingue os suportes materiais da solidariedade antiga, de claros suportes materiais. Você estava dentro de uma fábrica, ao lado de outros que faziam mais ou menos a mesma coisa. Hoje não há mais isso. As instituições da sociedade industrial estão desaparecendo como desapareceram, antes delas, as da sociedade mercantil. De acordo com a solução que vem sendo aplicada nos países nórdicos, na esteira da crise de 2008, órgãos que expressam uma vontade coletiva, como sindicatos e partidos, não existirão mais. Na sociedade intransitiva, a “nuvem” disponibilizará sua biografia e o currículo dos trabalhadores, individualmente, e ali serão escolhidos pelo empresário ou consumidor. Os apologistas da nova sociedade dizem que ela será ótima para os empregados, que nela gozarão da maior liberdade. Não terão as obrigações para com os patrões, nem os compromissos impostos pelo contrato coletivo. De fato, nesse novo regime, há certa retomada do crescimento. Mas é um crescimento com alto índice de desemprego.

A substituição da mão de obra é um problema seríssimo que os nossos economistas dizem não existir. Na periferia do mundo, como sempre, os contornos serão dramáticos, porque as fases se superpõem antes mesmo que a acabem as anteriores. A África não fez ainda a Revolução Industrial, nem chegou luz elétrica em grandes partes. Mas o desenvolvimento se dará de outro modo, porque não vai ter empresa nacional com milhares de trabalhadores botando fiação debaixo da terra. Então não vão ter sociedade industrial. Ficarão com uma lacuna permanente. As pontes não serão feitas, mas haverá um sistema de comunicação cibernética ligada aos mercados europeus e asiáticos. A projeção do futuro dos países subdesenvolvidos não está no horizonte dos teóricos da sociedade nova. Elogiam-na porque, nos países desenvolvidos, ela dará ocupação na produção de itens aos desempregados pela

automação. Mas esquecem de que os desempregados dos países subdesenvolvidos terão emprego precário e salários miseráveis na produção de itens que a sociedade desenvolvida vai deixar de fazer. Embora ainda não esteja claro como essa exploração vai se dar.

Algumas coisas, no entanto, já estão claras. A divisão social do trabalho será totalmente reformulada. Não haverá como empregar todo mundo. Vai sobrar gente, inclusive de boa qualificação porque, no mundo da sociedade digital, o vencedor cria o mercado por meio de um monopólio mundial, do tipo Google, Facebook, Microsoft. Então, os empregos de alta qualidade também serão finitos, como os grandes engenheiros de comunicação. Só haverá necessidade de dois mil deles, e não de cem mil. Uns poucos gênios ficarão encarregados desses empregos. O que você encontra na literatura? Alguns mostrando o problema do desemprego e outros dizendo que o problema previsto pela substituição da força de trabalho pela automação não vai acontecer. Assim como a sociedade industrial criou novos tipos de empregos e resolveu o problema, a sociedade digital também vai fazer. Mas isso é um wishful thinking. Toda indicação vai no sentido contrário a este. A sociedade digital será de imensa abundância, dizem os teóricos. Não há efeito decrescente da produção. Tudo amortizado. É certo que será um mundo com 50% de desempregados. Mas, se houver um programa de renda mínima, com tudo tão barato, dizem os teóricos, estará tudo resolvido. Especulativamente podemos imaginar que a renda mínima deverá ser aquela que permita ao indivíduo adquirir toda a nova cesta de produtos cujo consumo será indispensável para a manutenção e expansão das próprias empresas monopolistas. Assim viverão os desempregados da sociedade digital. O problema, penso, é que esqueceram de como será um mundo no qual metade das pessoas passa a vida sem ter o que fazer o dia inteiro. Seguramente não vai ser uma beleza. A internet vai dar os jogos eletrônicos para que a pessoa passe o dia inteiro vendo filmes e pornografia. Pior ainda. Será o mundo em que 95 % da população se virarão com R\$ 2 mil por mês e os outros 5% dominarão o planeta.

Esse é um mundo no qual a esquerda do século XX não tem mais lugar. Por isso, toda esquerda no mundo hoje é obsoleta, conservadora e reacionária. Ela se organizou em termos de pensamento e ação no século XIX para concorrer com o liberalismo em termos de imaginário futuro de organização social. O liberalismo oferecia o progresso; a esquerda oferecia a revolução pela ruptura. A queda do muro de Berlim destruiu esse projeto alternativo. A esquerda desde então tem estado na defensiva e não é à toa que sua palavra de ordem seja “resistência”. A esquerda precisa se despedir do século XX e investigar como recompor o projeto de solidariedade dentro das novas condições. Há que se repensar a sua relação da ação coletiva com o tempo, de como é que se organiza temporalmente a ação coletiva em um esquema explicativo qualquer. É necessário levar em consideração o fato de que, com o crescente monopólio das grandes empresas no plano internacional e o arsenal infinito de informações que elas detêm sobre cada indivíduo, não haverá liberdade de escolha que preserve a autonomia ou a liberdade que as instituições políticas formalmente resguardam aos cidadãos. As esquerdas vão ter de repensar, se reinventar, deixar o conservadorismo, se refundar. Outro desafio será, no plano da ação coletiva, aquele referente crescente à fragmentação das bandeiras, provocado pela individualização. Porque, se todo mundo é indivíduo, não existe mais massa. Se todos têm acesso a um mínimo de informação, maximizando suas diferenças e preferências individuais, não tem mais massa. A CUT já não faz mais greve. As últimas foram vergonhosas. A não ser em situações muito específicas e imprevisíveis não vai haver mais movimento de massa. O fenômeno pode ser percebido não só pela substituição da identidade de classe por aquela de identidade étnica ou de gênero, nos atuais movimentos de esquerda, mas pelo seu espantoso grau de fragmentação. Não há um

movimento feminista, mas dez. Os partidos vão se fragmentando até que sejam tantos quanto forem os habitantes do país. Também aí o grau de solidariedade se reduziu bastante.

Os participantes das jornadas de junho de 2013 não tinham nada em comum; era uma coalizão de veto. Quer dizer, a ação coletiva vai indo para o brejo. Sem dúvida, sempre haverá conflito, e vivemos hoje um alto grau de polarização. Mas a era digital parece elevar o grau de polarização ao mesmo tempo em que reduz as possibilidades de alternativa substantiva. O grau de politização aumenta, mas ninguém vai para a rua. A facilidade do contato com o outro aumenta com a era digital, mas, paradoxalmente, essa facilidade reduz cada vez mais a necessidade de investimento emocional na constituição de amizades duradouras. Porque, como hoje em dia ninguém mais corre o risco de viver na solidão e se tornou muito fácil encontrar pessoas com o mesmo perfil que o seu, tornou-se igualmente fácil descartá-las ou substituí-las na primeira oportunidade em que interesses divergirem. Na sociedade intransitiva, a amizade muda de sentido. Lembre-se do que era a amizade no século XIX, expressa naquela subjetividade e isolamento profundos da correspondência epistolar. As pessoas viviam em função da família; a intimidade era uma esfera muito resguardada. Elas tinham poucos amigos; as oportunidades de contato eram raras e ainda mais as expressões de afeto. Mas o pouco que havia era de uma densidade transcendental. Tome-se, por exemplo, a forma por que Machado de Assis descreve o nível de envolvimento emocional que havia na amizade de dois solitários como eram Bentinho e Escobar em “Dom Casmurro”. Hoje em dia multiplicou-se a possibilidade de ser ter amigos por um milhão, mas as relações que se constituem são incomparavelmente mais rasas e não podem se tornar, elas também, insumos de solidariedade, porque predomina exclusivamente no vínculo a medida do interesse pessoal. Não dá em nada público. Esse universo é privado. Ou é um público volátil, que se organiza para atingir fins muito específicos e desaparece depois. Mesmo o chamado crowdfunding é privado. Ali não se colegiam, não se compartilham um grupo com objetivos. Não existem mais aqueles grandes projetos totais, que implicavam homogeneidade na forma de comer, vestir ou cortar o cabelo. O espaço público está acabando, tal como o conhecemos nos últimos séculos. É isso que faz com o que essa comunidade de comunicação não tenha nenhum impacto coletivo; que ela não produza nada. A dimensão pública da vida exige que se vá para a rua, interferir na vida de terceiros que não estavam esperando essa intervenção. Hoje estão acabando com os canais pelos quais uma pessoa entrava em relação com o outro.